

Fusão de poderes e legitimidades: elite política e administração no Rio Grande de São Pedro durante o processo de emancipação brasileira e criação do Estado nacional (1808-1831)

Adriano Comissoli*

Resumo:

Prosopografia da administração do Rio Grande de São Pedro que analisa a atuação da elite política da região. A pesquisa identifica os oficiais administrativos, suas redes de poder e as relações sociais que estruturam as mesmas. O contexto histórico é o delicado momento político que envolve a transferência da família real portuguesa e desencadeia os processos de emancipação do Brasil e de formação do Estado nacional. Busco perceber neste panorama as escolhas e valores elencados por membros da elite, desenvolvendo um modelo para a mesma que siga mais a dinâmica social das relações do que características pré-fixadas, uma elite configurada por um comportamento mais do que por uma posição social. Alguns estudos de caso mostram a fusão entre o exercício de cargos administrativos e as redes de poder baseadas em laços pessoais como formadora da elite política sul-rio-grandense.

Palavras-chave: elite, Estado nacional, rede social.

A formação do Estado brasileiro e a posição de seus dirigentes estão intimamente ligados à peculiar história de seu momento fundador em 1808, quando um monarca português, egresso de uma Europa do Antigo Regime, aportou em sua colônia tropical.
(Richard Graham, Prefácio. In. MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio.*)

A pesquisa histórica aqui apresentada tem por finalidade identificar e analisar a elite do Rio Grande de São Pedro (capitania/província mais meridional do Brasil) entre os anos de 1808 e 1831, aproximadamente. A elite a ser considerada é um misto de elite econômica e política, fundamentada na propriedade agrária de produção pecuária, na ocupação de cargos administrativos e na participação nas guerras de fronteira frente aos vizinhos hispano-americanos. A noção de elite a ser desenvolvida neste trabalho será menos a de uma posição de poder do que um comportamento social, ou seja, irá pautar-se pela dinâmica da sociedade, por elementos a serem aprendidos e conquistados e cuja manutenção se desenvolve no bojo de relações sociais específicas, buscando identificar tanto os integrantes da dita elite política quanto às raízes do poder por ela exercido.

A definição da elite política enfocada segue dois critérios. O primeiro diz respeito aos ocupantes dos principais cargos administrativos, optando por um critério de posição formal de poder para a identificação dos membros da elite. Os ofícios contemplados são os da Câmara municipal de Porto Alegre; da Justiça (ouvidor e juiz de fora); da Junta da Fazenda Real (à

* Doutorando, bolsista CAPES.

exceção do governador/presidente de província); da Junta de Governo Provisório de 1822 (que precede a independência), dos procuradores da província junto a Dom Pedro I e dos deputados da província na Assembléia Constituinte. Neste enfoque são considerados como membros da elite política aqueles sujeitos que exercem um poder institucional, operando uma intervenção oficial sobre a sociedade. Contudo, esta definição é um tanto estática, restringindo o poder ao âmbito do Estado. Estou compreendendo o exercício do poder para esta época não somente como uma operação estatal, mas como uma relação social envolvendo simultaneamente a dominação e a negociação entre atores sociais, um poder político que se confunde com relações sociais, econômicas e culturais.¹

De maneira complementar, ao mesmo tempo em que trato de uma elite política que se encontra ligada ao poder central do rei/imperador por meio da administração, igualmente seleciono indivíduos de elite dentre as famílias de reconhecida influência social na região. Neste segundo critério de seleção estou me referindo às famílias que desfrutam de posição social privilegiada e conseguem mantê-la através de gerações (potentados locais). Assim, busco tanto perceber se famílias de elite do século XVIII mantêm tal posição ao longo do tempo quanto buscar antepassados de famílias que exercerão influência em períodos posteriores ao que analiso: antepassados de líderes farroupilhas, de senadores eleitos a partir de 1825 ou de outras lideranças políticas. Este critério de seleção, portanto, se alicerça sobre dois fundamentos. O primeiro deles é a posição política definida não somente pela proximidade ao aparelho administrativo, mas igualmente pela constituição de redes de poder baseadas em laços pessoais. O segundo critério é o da continuidade e perpetuação destas redes de poder. Com este cruzamento entre agentes administrativos e potentados locais procuro perceber o quanto estes grupos se sobrepunham e em que medida eram antagônicos ou complementares.

A escolha do intervalo temporal 1808-1831 se justifica pelas inúmeras e importantes transformações em curso neste período: a transferência da família real portuguesa para o Brasil; a inversão na hierarquia da relação entre Brasil e Portugal; o processo de emancipação da América e o início da construção do Estado nacional. Tais mudanças ocorrem tanto em escopo regional quanto nacional, sem contar as transformações de ordem internacional que atingem o Brasil e o Rio Grande de São Pedro, cujo território delimita minha pesquisa.

¹ FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro séculos XVI e XVII. *Topoi*, Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, v.1, n 1, p. 45-122, set. 2000. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. (2003a) Imbricações Entre Política e Interesses Econômicos – A Complexa Definição dos Fundamentos da Monarquia no Brasil da década de 1820. In. *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª. Conferência Internacional de História Econômica*. www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_98.pdf

Acompanhando a elite da capitania/província nos processos em curso será possível mapear seus valores e interesses, bem como suas estratégias de atuação política. Contudo, a fim de apresentar um quadro mais completo das trajetórias dos indivíduos investigados não serão raras as menções ao século XVIII tanto para análise individual quanto de famílias.

O objetivo deste estudo pode ser dividido em duas partes. A primeira é a da identificação dos membros da administração e de potentados locais a fim de examinar as características que asseguram sua posição social de mando. Trata-se de analisar as relações que engendram a dominação nesta sociedade, bem como sua continuidade ou eventual transformação. O segundo objetivo é o de, uma vez identificados os atores sociais e políticos do Continente do Rio Grande de São Pedro, examinar a participação dos mesmos nos importantes eventos políticos da época, procurando assim compreender o processo de emancipação da América portuguesa e início da construção do Estado nacional a partir do enfoque da elite sulista.

A fim de realizar com sucesso esta proposta abordarei os membros desta elite sob dois enfoques metodológicos. O primeiro é o da prosopografia, alicerçado nas idéias de Lawrence Stone, que se pauta pelo estudo de biografias coletivas dos agentes históricos com a finalidade de verificar suas características em comum e as bases do exercício do poder social.² O segundo enfoque é o da microanálise, voltado especificamente para a reconstrução das redes de poder desta elite e, portanto, para as relações sociais que lhe permitem exercer poder e que terminam por estruturar a sociedade.

Ganha destaque em minha análise a noção de rede social (social network). Esta nada mais é do que o conjunto de interconexões entre pessoas em um sistema social, conexões estabelecidas pelas diversas relações desenvolvidas entre os sujeitos. O fato de um ator social relacionar-se com diversos outros atores e dividir com alguns deles mais de uma relação faz com que cada um deles possa ser entendido como um nó da rede, um ponto de encontro destas relações. Neste sentido o ator do qual partimos para a análise da rede, o ponto zero da reconstrução das relações sociais, pode ser chamado de “estrela de primeira ordem” (first-order star). Finalmente, esta abordagem conduz a pesquisa a trabalhar sobre o “encontro”, sobre as interações entre sujeitos, elemento que torna a análise da rede dinâmica, uma vez que sugere a compreensão da realidade social por meio de seu fluxo de relações.³

² STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus: Historical Studies Today* 100, p. 107-140, 1971. STONE, Lawrence. *La Crisis de la Aristocracia, 1558-1641*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

³ BARTH, Fredrik. Scale and Network in Urban Western Society. In: BARTH, Fredrik (ed.). *Scale and Social Organization*. Oslo: Universitetsforlaget, p. 163-183, 1978.

O entendimento da sociedade por meio destas redes é possível uma vez que as ligações pessoais organizam os sujeitos de acordo com modos operacionais específicos, tendo por baliza ações precisas. O que equivale a dizer que a caracterização de uma sociedade se dá por meio da qualidade de relações sociais que se engendram em seu seio, formando, pois, um sistema tanto pelo tipo de ligações quanto pela articulação entre as mesmas.⁴ O enfoque do presente trabalho, por conseguinte, é identificar as relações sociais e as ligações interindividuais concretas que operam a construção da estrutura social na realidade do extremo sul da América, marcada simultaneamente por características locais, por elementos herdados do *Ancien Régime* e por ventos liberais que sopram tanto da Europa quanto, no caso sul-rio-grandense, da região platina.

O contexto histórico: transformações do período joanino e independência

O recorte temporal escolhido para análise dos agentes administrativos que operam no Rio Grande de São Pedro é prenhe de mudanças políticas significativas, tanto no nível da capitania quanto da América lusitana como um todo. De fato, as datas que balizam o recorte são bastante expressivas, visto que o ano de 1808 aponta para a fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro e para a consequente reorientação da articulação política entre Portugal e Brasil. O ano de 1831, aproximadamente o marco final do recorte, expressa o fim do I reinado e da primeira experiência brasileira enquanto corpo político autônomo. Dentre deste intervalo de tempo encontramos ainda outras balizas importantes, dentre as quais destaco aqui os anos de 1822 como a emancipação formal do Brasil, de 1824 com a outorga da carta constitucional e definição do modelo político da jovem nação e o de 1828, no qual ocorrem alterações significativas na estrutura das Câmaras municipais, que representam a alteração do modelo desta instituição.

Tais mudanças ocorrem dentro de um mesmo processo, que podemos chamar de formação do Estado nacional brasileiro. Neste entendimento, é correto compreender que o processo se inicia antes mesmo da independência dos territórios portugueses na América, principiando com a chegada da família real ao Novo Mundo. Uma vez que Dom João, o príncipe regente, agora se encontrava governando a partir da cidade do Rio de Janeiro ocorrem duas mudanças de profundo significado para a América lusitana. A primeira delas é apresentada pela inversão da relação centro-periferia estabelecida entre o reino e a mais

⁴ BEUNZA, J. M. Imízcoz. *Communauté, réseau social, elites. L'armature sociale de l'Ancien Régime*. In: CASTELLANO, Juan Luis & DEDIEU, Jean-Pierre. *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime*. Paris: CNRS Éditions, p. 31-66, 2002. p. 40-41.

importante de suas possessões ultramarinas. O Rio de Janeiro torna-se a capital e centro do império, não mais português, mas luso-brasileiro e é partir de uma corte fluminense que agora se governa este complexo imperial. A segunda transformação é um desdobramento da primeira, tratando-se da implementação da estrutura administrativa necessária tanto para o acomodamento da família real e das quase quinze mil pessoas que a acompanham quanto para a gestão dos assuntos públicos. Nesse sentido foram criados, ou talvez seja mais correto afirmar que foram reproduzidos, na nova Corte estruturas governativas existentes no Reino, tais quais o Real Erário, o Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens e a Casa de Suplicação, todos eles no mesmo ano de 1808. Tal decisão representa a disposição em manter o governo e controle do império, bem como assegurar a melhor gerência da Coroa sobre o território americano.

A inversão política, ainda que gerada por evento extraordinário como de fato foi a invasão napoleônica a Portugal, representava o reconhecimento da supremacia brasileira dentro do império lusitano. Em termos econômicos tal pujança já se mostrava estabelecida desde meados do século XVIII.⁵ Contudo, agora se efetuava uma transformação no campo político e governativo da estrutura imperial, com profundas repercussões nas relações entre o reino e a ex-colônia. Para além do melhor aparelhamento administrativo passa a ocorrer uma fusão das elites imperiais, mais especificamente entre comerciantes fluminenses e servidores lusitanos transladados.⁶ Neste mesmo fenômeno ocorre a cooptação ou integração de notáveis enraizados no Rio de Janeiro ao aparelho administrativo que se expandia, forjando novas alianças entre a Coroa e seus súditos em momento tão delicado para a primeira.⁷ Através deste fenômeno se inserem na máquina estatal famílias de longa tradição no cenário político fluminense, cuja presença na região remonta ao século XVII.⁸

O mesmo fenômeno de ampliação da malha administrativa ocorreu no Rio Grande de São Pedro, acompanhando a dinâmica do Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que dava vazão a questões específicas do extremo meridional da América lusa. A complexificação

⁵ FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do Império. Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 - c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

⁶ MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio – Civilização e Poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁷ GOUVÊA, M. F. S. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no império luso-brasileiro. In: JANCSÓ, Istvan. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 707-752.

⁸ FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*, Rio de Janeiro, Departamento de História da UFF, n 15, pp. 11-35, 2003.

administrativa no sul era ao mesmo tempo fruto da preocupação em melhorar a ação governativa; ampliar o controle sobre a região; fornecer meios de alinhar a elite local aos interesses da Corte e estabelecer uma base operacional adequada à retomada do plano expansionista português em direção ao rio da Prata. A intenção bragantina de dilatar seus domínios americanos foi responsável pela intensa movimentação militar no Continente de São Pedro, inaugurando novo ciclo de enfrentamentos entre hispano-americanos e luso-brasileiros na região platina.

Primeiramente, abordemos as mudanças administrativas. No período joanino incrementa-se a máquina administrativa no Rio Grande de São Pedro, até então muito precária. Durante o século XVIII e até os primeiros anos do XIX a capitania encontrava-se subordinada ao vice-reinado do Rio de Janeiro, além de possuir somente uma Câmara de vereadores para todo seu território e sua população de cerca de cinquenta mil almas.⁹ Ao mesmo tempo não existia no território sul rio-grandense nenhum magistrado especializado em leis, visto que a capitania se encontrava compreendida, no campo da justiça, pela comarca de Santa Catarina, cujo ouvidor habitava na Ilha de Santa Catarina (atual Florianópolis) e somente visitava o Rio Grande eventualmente para efetuar correições.

O período joanino começa a efetuar mudanças neste panorama antes mesmo da transferência de Dom João para o Brasil. O ano de 1802 assistiu à criação da Junta da Fazenda Real do Continente de São Pedro que mais tarde se ramificaria em diversas estruturas como a Contadoria da Junta, as alfândegas e o Correio da capitania. Em 1807 o Rio Grande de São Pedro é elevado à capitania geral, cujo território não apenas incluía o seu próprio como englobava o da vizinha capitania de Santa Catarina, desligando ambas do controle do Rio de Janeiro, enquanto vice-reino.¹⁰ Ao mesmo tempo, a transformação do Rio de Janeiro em centro do império acelerou mudanças que operavam em ritmo lento. Em 1809 foram finalmente criadas mais três vilas com suas respectivas Câmaras e assumia o cargo de juiz de fora de Porto Alegre o primeiro destes oficiais, pois apesar da vara ser criada em 1803 não havia seu oficial tomado posse. Em 1812 a Ouvidoria da capitania foi transferida da Ilha de Santa Catarina para a vila de Porto Alegre, coroando esta como centro urbano mais importante do sul da América portuguesa e sede do aparato de governo e justiça na região.

A instalação destes ramos administrativos, em especial a primeira implantação de uma justiça especializada e encarregada a magistrados e bacharéis em direito, operava em vários

⁹ MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanack da Vila de Porto Alegre, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. XXX, p. 43-74, 1867. p. 69.

¹⁰ O território de Santa Catarina seria desmembrado após a independência, formando províncias autônomas.

níveis. Em primeiro lugar superava-se a precariedade da administração colonial sul-riograndense, incapaz de dar conta das necessidades gerenciais da capitania. Neste mesmo sentido a criação de novos ofícios e a multiplicação de antigos possibilitava o maior e melhor controle do centro sobre sua periferia, bem como mostrava o reconhecimento da crescente importância estratégica e econômica do Continente ao complexo americano. Ao mesmo tempo o atendimento de antigas reivindicações dos governantes e população locais funcionava como renovação da aliança entre soberano e vassallos, através da maior atenção que o primeiro dirigia ao bem público dos últimos. Porto Alegre, capital e sede dos poderes administrativos da capitania, não era vila criada, mas apenas uma freguesia até o ano de 1809.¹¹ Sua elevação e a nomeação de um juiz de fora respondiam a antigos anseios dos habitantes meridionais demonstrando a boa vontade do rei exilado para com seus fiéis vassallos e reforçando o contrato entre governante e governados. O mesmo pode ser dito da elevação da vila à categoria de cidade, ocorrida em 1822, ou seja, em novo momento de alteração profunda no sistema político brasileiro e no qual se mostrava interessante reforçar os laços entre a Corte e as demais regiões. No período da independência a celebração do pacto entre o Imperador e o povo através das Câmaras mostrou-se um expediente de êxito bastante utilizado por Dom Pedro I e seus partidários.¹²

No Rio Grande de São Pedro, contudo, Dom João VI não se mostrava tão somente interessado em reforçar os vínculos da região com a Corte fluminense e conseqüentemente com o império lusitano. O interesse do governante português em retomar a expansão em direção ao sul, aproveitando-se do momento de incerteza política na Europa e da turbulência revolucionária no rio da Prata, tornou necessário o melhor controle do espaço e da população, a fim de que a mesma pudesse ser mobilizada para o esforço de guerra, seja através do alistamento, seja através da produção de víveres e auxílio às tropas. Dessa forma, a complexificação administrativa respondia à preparação da sociedade para o projeto de ampliação territorial de Dom João, no momento em que a antiga rivalidade entre reinos ibéricos era substituída pela concorrência entre os nascentes Estados-nação da América do Sul.¹³

¹¹ Sobre Porto Alegre e seu singular estatuto administrativo, bem como sobre as reivindicações de melhoramentos na justiça do Continente ver minha dissertação de mestrado COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Niterói: Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

¹² SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

¹³ COMISSOLI, Adriano. Administração e fronteira aberta às vésperas da independência do Brasil: relações entre agentes administrativos e elites políticas no Rio Grande de São Pedro (1808-1822). In: *III Seminário*

O ciclo de enfrentamentos teve seu início com a intervenção luso-brasileira na Banda Oriental (atual Uruguai) em 1811 sob alegação de que pretendia conter a ameaça revolucionária originária de Buenos Aires gerada a partir da independência argentina em 1810. Encerrada no ano seguinte esta ofensiva foi seguida pela campanha de 1816-1821, que resultou na incorporação do território ao Império do Brasil como província Cisplatina. Esta segunda intervenção esteve pautada tanto por interesses econômicos, a apropriação de gado e terras em solo oriental, quanto pela preocupação em conter o avanço do projeto artiguista, fundado na pequena propriedade e apoiado pelas “classes perigosas”: posseiros, gaúchos, peões, índios e mulatos, entre outros. A incorporação não apresentou o fim dos conflitos na região, visto que as guerrilhas artiguistas permaneceram atuantes na zona de fronteira nos anos seguintes. O próprio Artigas seria derrotado somente no ano de 1820 na batalha de Taquembó, após a qual o “grande caudilho” se exilou na região de Corrientes. Realizada a independência do Brasil, a região platina ainda veria novas campanhas de guerra, visto que o recém-criado império brasileiro investia com força para manter a Cisplatina sob jugo, contando com a força militar dos proprietários sul rio-grandenses, então interessados em manter propriedades, gado e escravaria que possuíam no território. A campanha de 1825-1828 terminou em fracasso para o lado brasileiro que teve de assinar um tratado intermediado pela Inglaterra, desta vez reconhecendo a autonomia da Cisplatina e a conseqüente independência da República Oriental do Uruguai.¹⁴

Elite política e administração: casos concretos de fusão de poderes e legitimidade

No turbulento período descrito, no qual as campanhas militares se somam às transformações políticas e administrativas, percebemos a fusão entre os agentes administrativos e os representantes de uma elite política enraizada no Rio Grande de São Pedro desde o século XVIII. A distinção do poder e da legitimidade entre ambos os tipos de atores sociais se funda na origem do mesmo. Os oficiais da administração contam com a legitimidade fornecida pela Coroa portuguesa mais tarde brasileira, fundada na possibilidade de exercer uma intervenção oficial na sociedade, ao mesmo tempo em que atuam no sentido de regular a mesma em nome do bem comum e do interesse público. Os potentados locais, conquanto atuem igualmente no sentido de regular e organizar a sociedade, tem as raízes de

Internacional de História: Instituições, Fronteiras e Política na História Sul Americana. Maringá: UEM, 2007.

¹⁴ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado nacional. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A Revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 30-60.

seu poder fundado nas relações pessoais mais do que na ação em nome do Estado. Em grande medida estas duas esferas de poder se fundem e se reelaboram de maneira a desenhar um perfil da elite ancorado nesta síntese. Em alguns casos a perpetuação das redes de poder remonta ao século XVIII e aos primeiros povoadores do Continente de São Pedro como veremos a seguir.

José Francisco da Silveira Casado foi um importante articulador na política local sul-rio-grandense durante a segunda metade do setecentos. Foi integrante de uma facção política de intensa atividade na Câmara de Porto Alegre que em dado momento (entre os anos de 1769 e 1773) chegou a almejar o controle da capitania. Entre os anos de 1767 e 1808, José Francisco foi um dos dois homens que mais vezes integrou a instituição camarária, totalizando 7 cargos efetivamente empossados. Nasceu no arquipélago dos Açores e dirigiu-se ao extremo sul da América acompanhado de seus irmãos Francisco Pires Casado e o padre Pedro Pires da Silveira. Não tenho dados sobre a situação em que os migrantes se estabeleceram em seu novo lar, mas é provável que contassem com alguns recursos. Na vila de Rio Grande estes açorianos viriam a associar-se com outros reinóis recém-chegados que se dedicavam ao comércio e à criação de gado muar e bovino. Através de uma estratégia de matrimônios seu irmão Francisco Pires se tornava cunhado destes comerciantes e estancieiros também inseridos na Câmara local, consolidando a aliança entre o grupo.¹⁵ José Francisco atuou ainda nos ofícios de juiz de órfãos (nos triênios 1782-84 e 1809-11) e de almoxarife da Fazenda Real em 1786, além de ser provido no emprego de Recebedor da Sisa em 1809.¹⁶

José Francisco também compunha a tropa de Ordenanças, primeiro como alferes e, mais tarde, capitão, sendo nomeado capitão-mor em 1812, o mais alto posto da tropa. Antes de José o posto de capitão-mor foi ocupado por seu amigo e sócio de longa data Manuel Bento da Rocha e por seu próprio irmão, Francisco Pires Casado. Seus filhos também viriam a integrar as ordenanças. Um deles, Manuel Pires da Silveira Casado, também atingiria o alto comando da tropa como capitão-mor.¹⁷ Uma clara demonstração de perpetuação junto a esta instância reguladora da sociedade, visto que três integrantes diretos de uma mesma família atingiram o posto, além de outros parentes e associados.

¹⁵ COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. *Op. cit.*

¹⁶ Sobre sua eleição ao ofício de juiz de órfão ver Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Livro 1 de Registro de Nomeação e Posse (1764-1817). Sobre os ofícios de almoxarife da Fazenda Real e Recebedor da Sisa, *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul v. 11*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1995. p. 243 e 418.

¹⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário de Manuel Pires da Silveira Casado, 1º cartório de órfãos de Porto Alegre, Processo 11370.

O exercício de ofícios, quer na Câmara, quer nas Ordenanças, era apenas um dos fundamentos do poder de José Francisco. Mostrava-se igualmente importante a garantia de uma posição econômica de vulto. A propriedade da terra era a base da riqueza na sociedade sul rio-grandense, baseada na criação de animais. José Francisco, segundo seu testamento, possuía justamente “uma fazenda de criar animais”, administrada por seu genro. Esses animais, contudo, necessitavam ser escoados aos mercados do centro do Brasil. Para tanto José Francisco valia-se novamente de suas relações pessoais. Seu amigo e aparentado Manuel Bento da Rocha era um dos mais abastados comerciantes do Rio Grande de São Pedro com contatos dentro e fora desta região e dispoñdo inclusive de um barco com o qual efetuava comércio constantemente com outras capitânias. O genro de José, Vicente Ferreira Leitão, era filho de outro rico produtor de gado, cuja fortuna teve origem no ramo mercantil e que, portanto, dispunha dos contatos necessários para que o negócio se mantivesse lucrativo.

O pecúlio de José parece ter algum vulto. Em uma sociedade na qual a presença de moeda é escassa ele declarava em seu testamento possuir 13 mil cruzados em moeda corrente além de 11 doblas de moedas de ouro que se encontravam em poder de uma de suas filhas. Declarava possuir ainda uma apólice do Banco do Brasil (seu testamento é de 1820) no valor de 1 conto de réis.¹⁸ Uma soma bastante impressionante para os padrões do Rio Grande de São Pedro da época e isso sem contar seus bens de raiz.

Dentre a descendência de José Francisco seu filho Pedro Pires da Silveira foi responsável pela perpetuação da linhagem até meados do século XIX ao mesmo tempo em que a ligava aos primórdios da ocupação do Rio Grande de São Pedro. A esposa de Pedro foi Ana Clara Barbosa de Menezes Petim, neta pela parte materna de Jerônimo de Ornellas Menezes, o sesmeiro original da área que se tornara a vila de Porto Alegre e um dos primeiros tropeiros a se instalar em definitivo na região. Um dos filhos do casal Pedro e Ana Clara seria Onofre Pires da Silveira, que na década de 1830 junto de seu primo Bento Gonçalves da Silva e de outros estancieiros insatisfeitos com o governo central brasileiro, lideraria a revolta armada conhecida como Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha. Desta forma, embora Onofre Pires viesse a desfrutar de prestígio e projeção mais destacados que seus antecessores (devido à conjuntura da época em que viveu), é importante destacar que a posição de mando social que lhe permitiu arregimentar homens e recursos para sustentar sua participação na

¹⁸ Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Livros de Registro de Testamentos (Câmara Eclesiástica), Testamento de José Francisco da Silveira Casado, fl. 63v. Sobre a baixa monetização da sociedade ver OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737 – 1822*. Niterói: Tese de Doutorado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 1999.

sedição farroupilha provinha de duas ou mais gerações anteriores (dependendo do ramo da família analisado). Herdava Onofre as terras e riquezas de seus genitores, mas igualmente recebia uma herança intangível, imaterial, na forma de prestígio, de legitimidade de mando e de alianças com diversos segmentos sociais. Na manutenção da riqueza e do status ambos os tipos de riqueza se equiparavam.

O primo de Onofre Pires, o renomado Bento Gonçalves da Silva (ambos primos por parte materna) também devia sua projeção social e econômica à sua ascendência. Seu pai Joaquim Gonçalves da Silva, português de nascença, encontrava-se presente no Rio Grande desde o século XVIII, onde além de estabelecer estâncias de gado integrou diferentes esferas administrativas. Joaquim foi localizado na Câmara de Porto Alegre nos anos de 1789 e 1812¹⁹, além de haver sido almoxarife dos Armazéns Reais de Porto Alegre em 1803 e Tesoureiro e Deputado da Junta da Fazenda Real entre 1815 e 1818.²⁰ Joaquim também realizou um casamento de profundo significado na sociedade em que se inserira, pois no ano de 1774 desposava a filha de Manuel Gonçalves Meireles, um estancieiro de origem mercantil que por sua vez era genro do anteriormente citado Jerônimo de Ornellas Menezes.²¹ Assim, da mesma forma que o capitão-mor seu contemporâneo, José Francisco da Silveira Casado, Joaquim dotava seu filho Bento de uma importante rede de contatos ao mesmo tempo em que o inseria em uma linhagem que agregaria ao seu prestígio de comandante militar²² a legitimidade da antiguidade na terra.

Ao mesmo tempo em que famílias enraizadas no Continente de São Pedro garantiam sua perpetuação e a transmissão tanto de suas riquezas monetárias e fundiárias quanto de suas posições de dominação e poder de forma imbricada à administração, outros agentes do aparelho administrativo desenvolviam estratégias de integrar-se à elite local. É este o caso do doutor Luís Correia Teixeira de Bragança, desembargador da Relação do Rio de Janeiro e cavaleiro da Ordem de Cristo.²³ Quando ocupava o cargo de ouvidor da Comarca de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro (entre 1805 e 1808) Luís Correia contraiu matrimônio

¹⁹ Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Livro 1 de Registro de Nomeação e Posse (1764-1817).

²⁰ *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul v. 11*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1995. p. 384, 506 e 574.

²¹ SPALDING, Walter. *Pequena História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 76-77.

²² Bento Gonçalves da Silva era comandante de fronteira, atividade que o colocou em contato tanto com peões e soldados quanto com os caudilhos da Banda Oriental e da Argentina. Cf. PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Op. cit.* p. 49-50.

²³ Arquivo Histórico Ultramarino - CD do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Manuscritos Avulsos da Capitania do Rio Grande do Sul 1732-1825. Requerimento do Procurador da Fazenda Real da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, Antônio Monteiro da Rocha, ao príncipe regente, post. 1806, dezembro, 23. Cx. 11, doc. 683.

com Josefa Eulália de Azevedo.²⁴ Esta era viúva do brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, talvez o mais poderoso potentado local do Continente de São Pedro no setecentos. Pinto Bandeira não apenas havia sido militar de carreira, chegando a ocupar o governo interino da capitania, como também era um rico estancieiro e praticante da ação de contrabando de gado vacum e muar, atividade que dependia do trato com redes pessoais de subordinados e superiores.²⁵ Ao casar-se com a viúva do brigadeiro, o desembargador Bragança somava aos seus predicados a fortuna herdada por sua esposa e a pertença a uma das redes de poder mais antigas e bem articuladas da região, visto que remontava aos avós de Rafael. Esta estratégia seria inclusive criticada por seus contemporâneos, que acusavam Bragança de justamente estar mais preocupado em casar-se e se “estabelecer na casa mais rica da capitania” do que se dedicar à aplicação da justiça.²⁶

Luís Correia de Bragança se deslocou ao Rio Grande de São Pedro por haver sido nomeado juiz de fora de Porto Alegre em 1809, ofício que ocupou até 1811.²⁷ A atuação de Bragança na administração sul rio-grandense não se restringiu ao campo da justiça. Entre os anos de 1818 e 1824 ele exerceu o importante ofício de tesoureiro geral da Junta da Fazenda Real, sendo responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros do mais alto órgão fazendário da capitania/província.²⁸ No ano de 1823 foi provido no ofício de Procurador da Real Coroa e Fazenda da mesma Junta em caráter interino.²⁹ Dessa forma, embora fosse um magistrado de formação o desembargador atuou em outros ramos administrativos que possibilitavam ampliar suas redes sociais e suas alianças.

Não obstante a importância de seus cargos o casamento com a viúva do poderoso Rafael Pinto Bandeira colocou Luís Correia em posição de negociar apoios e alianças em seu próprio benefício, fosse pela riqueza herdada por sua esposa, fosse pela pertença da mesma à rede dos Pinto Bandeira. A presença de Luís Correia no Continente do Rio Grande de São Pedro se mostrou definitiva, visto que veio a falecer na então província no ano de 1826. O enraizamento na região acompanhado do importante papel que desempenhava enquanto

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino - CD do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Manuscritos Avulsos da Capitania do Rio Grande do Sul 1732-1825. Requerimento do ouvidor da comarca de Santa Catarina Luís Correia Teixeira de Bragança ao príncipe regente, ant 1806, agosto, 25. Cx. 11 Doc. 660.

²⁵ GIL, Tiago Luís. *Os Infiéis Transgressores: contrabando e sociedade nos limites Imperiais (Rio Grande e Rio Pardo, 1760-1810)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PPGHIS-UFRJ, 2003.

²⁶ MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanack da Vila de Porto Alegre. *Op. cit.* p. 62.

²⁷ *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul v. 11*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1995. p. 415.

²⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. F1184 – Junta da Fazenda Real, termos de arrematação (1803-1828), fl. 119.

²⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. F1193 – Contadoria da Fazenda, registro de provisões, portarias e outros papéis. (1822-1831), fl. 71.

magistrado angariou prestígio para Bragança, pois em 1825 ele foi eleito senador, o primeiro da província.³⁰ Sua morte no ano seguinte impediu, contudo, que ele exercesse o cargo. É bastante factível que este prestígio estivesse ligado às alianças com poderosos locais, como a família Pinto Bandeira, cujas redes de relações mostrar-se-iam capazes de influenciar a escolha do senador do Rio Grande, fosse por respeito, fosse por ameaça. De toda forma, Bragança demonstra como era possível a um membro do corpo administrativo ascender política e socialmente no Rio Grande de São Pedro do período joanino e do I reinado, em especial unindo-se às redes de poder estabelecidas na região.

Como Bragança, José Feliciano Fernandes Pinheiro também demonstraria a possibilidade de um agente administrativo ascender política e socialmente na sociedade do Continente de São Pedro, comprovando o entrelaçamento entre administração e elite política. Pinheiro era natural da vila de Santos³¹, mas já se encontrava no extremo sul no ano de 1803, quando aparece como Procurador da Coroa e Fazenda Real e deputado da Junta da Fazenda.³² Era igualmente bacharel em Direito e também possuía posto em tropas militares, pois em 1814 recebia patente de coronel de milícia.³³ Entretanto, seu maior destaque se deu em 1824 quando foi nomeado o primeiro presidente da província do Rio Grande de São Pedro, demonstrando assim que não apenas galgava ofícios administrativos, mas contava com contatos e prestígio junto à Corte do Rio de Janeiro. A nomeação como presidente logo após a efetivação da emancipação política brasileira e em meio à instabilidade que esta transição poderia manifestar demonstrava confiança em suas capacidades de liderança. Refletia também o pragmatismo imperial ao selecionar um oficial com histórico de pelo menos vinte anos na região, acionando tanto os saberes quanto as redes de contato detidas pelo mesmo, motivo pelo qual receberia o título de Visconde de São Leopoldo, em alusão à colônia alemã que organizou no Rio Grande.

O que até aqui se procurou mostrar foi a profunda imbricação existente entre o poder advindo da ocupação de cargos administrativos e a elite política localmente enraizada. Nesta perspectiva não só procuro iluminar as estratégias destes grupos como também demonstrar que o entrelaçamento entre os poderes locais e os agentes do poder central fora responsável por desenhar as diretrizes do Estado nacional na província, percebendo neste processo uma via de mão dupla na qual centro e periferia se influenciavam mutuamente. A opção pelo grupo

³⁰ SPALDING, Walter. *Pequena História de Porto Alegre*. Op. cit. p. 92.

³¹ *Idem, ibidem*. P. 79.

³² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. F1188 – Livro de Registro de ofícios da Junta da Real Fazenda para o Real Erário (1803-1808).

³³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Códice B.2.001 – Registro de alvarás, apostila, avisos, carta régias, cartas patentes, cartas de sesmarias e provisões 1802-1814, fl. 178v.

da elite se funda na idéia de que este conjunto de atores foi amplamente responsável pelas feições do nascente Estado brasileiro bem como pelo pacto que começou a definir sua estrutura. Nesse sentido, torna-se sumamente importante identificar socialmente a dita elite, fugindo de mero conceito abstrato. Ao mesmo tempo se faz necessário superar categorias dicotômicas como centro e periferia ou poder local e central para o entendimento histórico mais apurado da administração, visto que na realidade a articulação entre ambas as esferas no período em questão dependia dos atores sociais envolvidos, apontando para uma considerável centralidade da periferia. Se as ditas categorias de análise não puderem ser reconsideradas sob a luz dos dados empíricos elas acabam por se mostrar estéreis e provavelmente muito pouco tem a auxiliar no trabalho do profissional de história.